

ECONOMIAS NÃO OCIDENTAIS NAS VÉSPERAS DA EXPANSÃO OCIDENTAL

A Europa, especialmente a Europa Ocidental, foi a região do mundo que, desde o século XVI até ao século XX, sofreu um crescimento e uma mudança mais dinâmicos. Foi, em larga medida, responsável pela criação da economia do mundo moderno, e a sua interacção com outras regiões mundiais determinou o modo e o momento da participação dessas regiões nessa economia. Porém, antes do século XVI, a Europa Ocidental era apenas uma de várias regiões mais ou menos isoladas. Este capítulo examina as demais regiões antes do contacto com os Europeus.

O mundo do Islão

O Islão, a mais recente das grandes religiões do mundo, teve origem na Arábia no século VII d.C. O seu fundador, o profeta Maomé, tinha sido mercador antes de se tornar um guia religioso e político. Por altura da sua morte, em 632 d.C., tinha unido sob o seu governo praticamente toda a península Arábica. Pouco depois da sua morte, os seus seguidores explodiram com a fúria numa tempestade no deserto, e, em cem anos, conquistaram um grande império que se estendia da Ásia Central, pelo Médio Oriente e norte de África, à Espanha. Após alguns séculos de relativa tranquilidade e o desmembramento em diversos Estados sucessores do Califado, como era conhecido o seu império, os Muçulmanos (seguidores do Islão) expandiram-se de novo nos séculos XII e seguintes (Fig. 4.1), espalhando a sua religião e os seus costumes pela Ásia Central, Índia, Ceilão, Indonésia, Anatólia e África Subsariana. Nessa altura, os Árabes eram uma pequena minoria entre os milhões de crentes, mas a língua árabe, na qual o livro sagrado, o Alcorão, foi escrito, era a língua comum da civilização islâmica, embora outras línguas, nomeadamente o persa e o turco, fossem igualmente utilizadas.

Os Árabes originais eram, antes de mais, nómadas, embora alguns praticassem a agricultura de oásis e tivessem alguns centros urbanos, como Meca. As terras que conquistaram eram, no seu todo, apenas ligeiramente menos áridas que a Arábia, mas continham os dois berços da civilização, o vale do Tigre-Eufrates e o vale do Nilo. Aí e noutros locais, os Muçulmanos praticaram a agricultura de irrigação, que, nalgumas áreas (por exemplo, no sul de Espanha), atingiu altos níveis de sofisticação e produtividade. As suas conquistas também lhes proporcionaram grandes cidades, incluindo

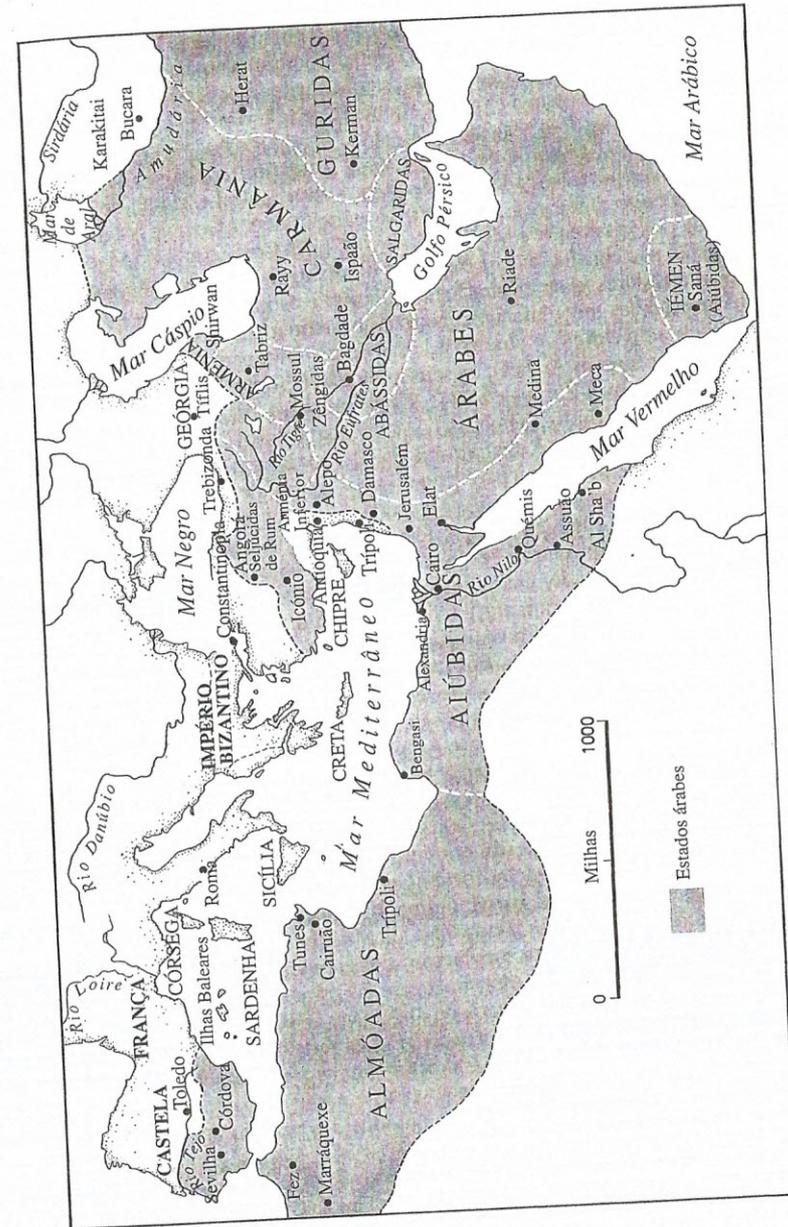


FIGURA 4.1 — O mundo muçulmano, cerca de 1200.

Alexandria, o Cairo e mesmo Constantinopla, a que deram o nome de Istambul. O Islão acabou por se desenvolver como uma civilização predominantemente urbana, embora muitos muçulmanos, árabes e outros, tivessem permanecido nómadas, pastoreando carneiros, cabras, cavalos ou camelos — raramente gado bovino e nunca porcos, pois Maomé proibira o consumo desta carne.

Embora o potencial agrícola deste território fosse limitado, a sua localização conferia-lhe grandes possibilidades comerciais. A área central estendia-se do golfo Pérsico ao mar Mediterrâneo e abria-se para o oceano Índico. Abarcava igualmente as grandes rotas de caravanas entre o Mediterrâneo e a China. Como o próprio Maomé fora mercador, o Islão não considerava os negócios mercantis actividades inferiores; pelo contrário, os mercadores eram encarados com honra e estima. Embora a usura fosse proibida, os mercadores muçulmanos engendraram inúmeros instrumentos de crédito complexos, incluindo cartas de crédito e letras de câmbio, para facilitar o negócio. Durante centenas de anos, os Árabes e os seus irmãos na fé foram os principais intermediários no comércio entre a Europa e a Ásia. Nesse processo facilitaram enormemente a difusão de tecnologia. Muitos elementos da tecnologia chinesa, incluindo a bússola magnética e a arte de fazer papel, chegaram à Europa por intermédio dos Árabes. Eles também introduziram novas culturas, como o arroz, a cana-de-açúcar, o algodão, os citrinos e a melancia, entre outros frutos e vegetais.

Os Árabes viajaram e comerciaram por terra e por mar. O mar Arábico, a extensão setentrional do oceano Índico entre a Península Arábica e o Subcontinente Indiano, tem um nome adequado, pois foi dominado por mercadores e marinheiros árabes como o lendário Sindbad. Alguns foram até à China, cujos portos possuíam colónias de mercadores muçulmanos. Onde era possível, os Muçulmanos também utilizavam os rios para o transporte e complementavam-nos, especialmente na Mesopotâmia, com uma intrincada rede de canais. Em terra, o camelo, esse «navio do deserto», era o ideal para transportes de longa distância, enquanto os cavalos, as mulas e os burros eram usados em viagens mais curtas. O transporte sobre rodas desapareceu do Médio Oriente logo no princípio da Era Cristã e só reapareceria no século XIX. Não era invulgar verem-se caravanas de centenas, ou mesmo milhares, de camelos.

Um dos princípios do Islão era a *jihad* , ou guerra santa contra os pagãos. Justifica, em parte, o notável sucesso dos Muçulmanos em obter conversões, uma vez que aos inimigos derrotados era dada a opção entre converterem-se ou serem mortos. Em relação aos Judeus e aos Cristãos, os Muçulmanos tinham, contudo, uma política diferente. Como também eles eram monoteístas, os Muçulmanos tributavam-nos mas toleravam-nos (talvez outra razão para o sucesso das conversões conseguidas nessas comunidades). Os Judeus, em particular, gozavam de grande liberdade no Islão. Os mercadores judeus tinham familiares seus ou agentes espalhados por todo o mundo islâmico, de Espanha à Indonésia. Na verdade, grande parte do nosso conhecimento sobre o Islão Medieval vem do Genizah do Cairo, um grande arquivo onde se depositava qualquer pedaço de papel em que se tivesse escrito o nome de Deus — e as cartas, mesmo as cartas comerciais entre mercadores judeus, invocavam normalmente as bênçãos de Deus.

Em resultado das suas conquistas no Império Romano Oriental, de língua grega, os Árabes apoderaram-se de muitos dos ensinamentos da Grécia Clássica. Durante a Idade

Média Europeia, tornaram-se, juntamente com os Chineses, os guias mundiais do pensamento científico e filosófico. Muitos dos autores gregos antigos chegaram até nós apenas através de traduções arábicas. A matemática moderna baseia-se no sistema arábico de notação, e a álgebra foi uma invenção árabe. Durante o renascimento intelectual da Europa Ocidental, nos séculos XI e XII, muitos estudiosos cristãos foram para Córdova e para outros centros intelectuais muçulmanos estudar filosofia e ciência clássicas. Ao mesmo tempo, mercadores cristãos aprenderam práticas e técnicas comerciais muçulmanas. Embora o Papa tivesse proibido oficialmente o comércio com os Muçulmanos, os mercadores cristãos — especialmente os venezianos — prestaram pouca atenção a essa resolução.

O Império Otomano

Entre os povos que aceitaram o Islão como sua religião contavam-se uma série de tribos nómadas turcas da Ásia Central. Atraídos para sul e oeste pela riqueza do Califado Árabe, vieram primeiro como assaltantes e saqueadores, mas acabaram por se instalar como conquistadores. Tamerlão, conhecido pela sua ferocidade impiedosa, conquistou a Pérsia (o moderno Irão) em finais do século XIV. O império de Tamerlão foi de curta duração, mas, no princípio do século XVI, outro conquistador, Ismaíl, fundou a dinastia dos Sefévidas, que governou a Pérsia até ao século XVIII.

Os mais bem sucedidos dos conquistadores turcos foram os Otomanos, cujas origens remontam ao sultão Osman (1259-1326). Osman tinha tomado um pequeno território no noroeste da Anatólia (Ásia Menor) ao decrépito Império Bizantino (Império Romano Oriental), que nunca recuperara completamente da sua conquista pelos Cruzados Ocidentais e do breve domínio do chamado Império Latino (1204-1261). Os Otomanos apoderaram-se gradualmente de toda a Anatólia, e, em 1354, penetraram na Europa a oeste de Constantinopla, que finalmente conquistaram em 1453 (Fig. 4.2). Os Otomanos continuaram a expandir-se no século XVI, anexando as terras do Próximo Oriente e do Médio Oriente que os Árabes tinham anteriormente tomado ao Império Bizantino, bem como o norte de África; na Europa, conquistaram a Grécia e os Balcãs e, em 1683, chegaram às portas de Viena antes de serem rechaçados para a Hungria.

Este vasto império dominado pelos Turcos não constituiu uma economia unificada ou um mercado comum. Embora as suas muitas províncias tivessem climas e recursos variados, o elevado custo do transporte impediu a verdadeira integração económica. Cada região dentro do Império continuou as actividades económicas que praticava antes da conquista, com pouca especialização regional. A agricultura era a ocupação principal da grande maioria dos súbditos dos sultões. O Império perdurou, ao contrário da maioria dos seus antecessores, porque os Turcos criaram um sistema fiscal relativamente equitativo, que fornecia amplos rendimentos para apoiar o funcionalismo do governo central e o exército. A dominação e a ordem eram mantidas por funcionários turcos estacionados nas províncias e a quem eram pagas rendas de determinadas parcelas de terra, de modo semelhante, nalguns aspectos, ao feudalismo europeu medieval.

Na Europa, os Turcos foram vítimas duma reputação de certa forma exagerada de rapacidade e violência. De facto, comportavam-se bastante benevolamente com os seus

súbditos, desde que os impostos fossem pagos e não existissem ameaças de revolta ou rebelião. Na Europa fizeram poucos esforços para converter os seus súbditos cristãos ao Islão, excepto no caso especial dos janízaros, soldados de escol que eram recrutados, ainda crianças, em lares cristãos e a quem era dado um treino intensivo sob rígida disciplina militar. Os Judeus também eram tolerados; quando Fernando e Isabel expulsaram os Judeus de Espanha, em 1492 (cf. *infra*, p. 164), muitos profissionais cultos e artesãos especializados aceitaram de bom grado ficar ao serviço do sultão.

Ásia Oriental

A civilização da China, que data dos primórdios do segundo milénio a.C., tem um dos desenvolvimentos mais fechados de qualquer civilização. Só raramente as influências estrangeiras — «bárbaras» — penetraram nela e, quando isso aconteceu, normalmente foram rapidamente absorvidas e integradas nas tradições chinesas. As dinastias subiram e decaíram, por vezes separadas por períodos de anarquia e de «Estados contrários», mas a distinta civilização chinesa, embora continuasse a desenvolver-se, fê-lo segundo linhas que quase parecem pré-ordenadas. O Confucionismo (uma filosofia, não uma religião) tinha já sido completamente elaborado no século v a.C. Embora outras filosofias e religiões, como o Tauismo e o Budismo, também tivessem florescido, não destituíram o Confucionismo como base filosófica da civilização chinesa. A tradição formalista de governação, levada a cabo por mandarins imbuídos da filosofia confucionista, foi igualmente estabelecida muito cedo. Em teoria, o Imperador era todo-poderoso, e alguns imperadores usaram o seu poder num máximo de extensão; mas, por regra, os seus desejos eram cumpridos, e frequentemente moldados, pelos mandarins.

O berço original da civilização chinesa foi a faixa central do vale do rio Amarelo, onde o fértil solo de *loess* depositado pelos ventos da Ásia Central permitia um fácil cultivo. A sua primeira base material foi o painço, um cereal oriundo da região; esta cultura foi mais tarde complementada com o trigo e a cevada do Médio Oriente, e mais tarde ainda com o arroz do sudeste da Ásia. A agricultura chinesa foi sempre uma agricultura de mão-de-obra extremamente intensiva, quase «tipo jardim», recorrendo à utilização extensiva da irrigação. Os animais de tiro só foram introduzidos muito tarde. Aproximadamente em 1000 d.C., porém, foi introduzida uma variedade superior de arroz que permitia uma colheita dupla (isto é, plantar duas culturas por ano na mesma terra), o que aumentou significativamente a produtividade.

Com base nesta agricultura produtiva, deu-se algum crescimento urbano e emergiram inúmeros ofícios especializados. Por exemplo, o trabalho do bronze foi aperfeiçoado a um nível muito elevado. A manufatura dos tecidos em seda teve origem na China, numa época muito remota; os antigos romanos obtinham-nos na rota das caravanas que atravessava a Ásia Central, a Grande rota da seda, e a China era-lhes conhecida como Sina ou Serica (a terra da seda). A porcelana (ing., *chinaware*) é igualmente uma invenção chinesa, como o são o papel e a impressão. (Os Chineses já utilizavam papel-moeda quando Carlos Magno cunhou os primeiros dinheiros de prata. O resultado, previsível para um economista, foi a emissão excessiva e a inflação. Os

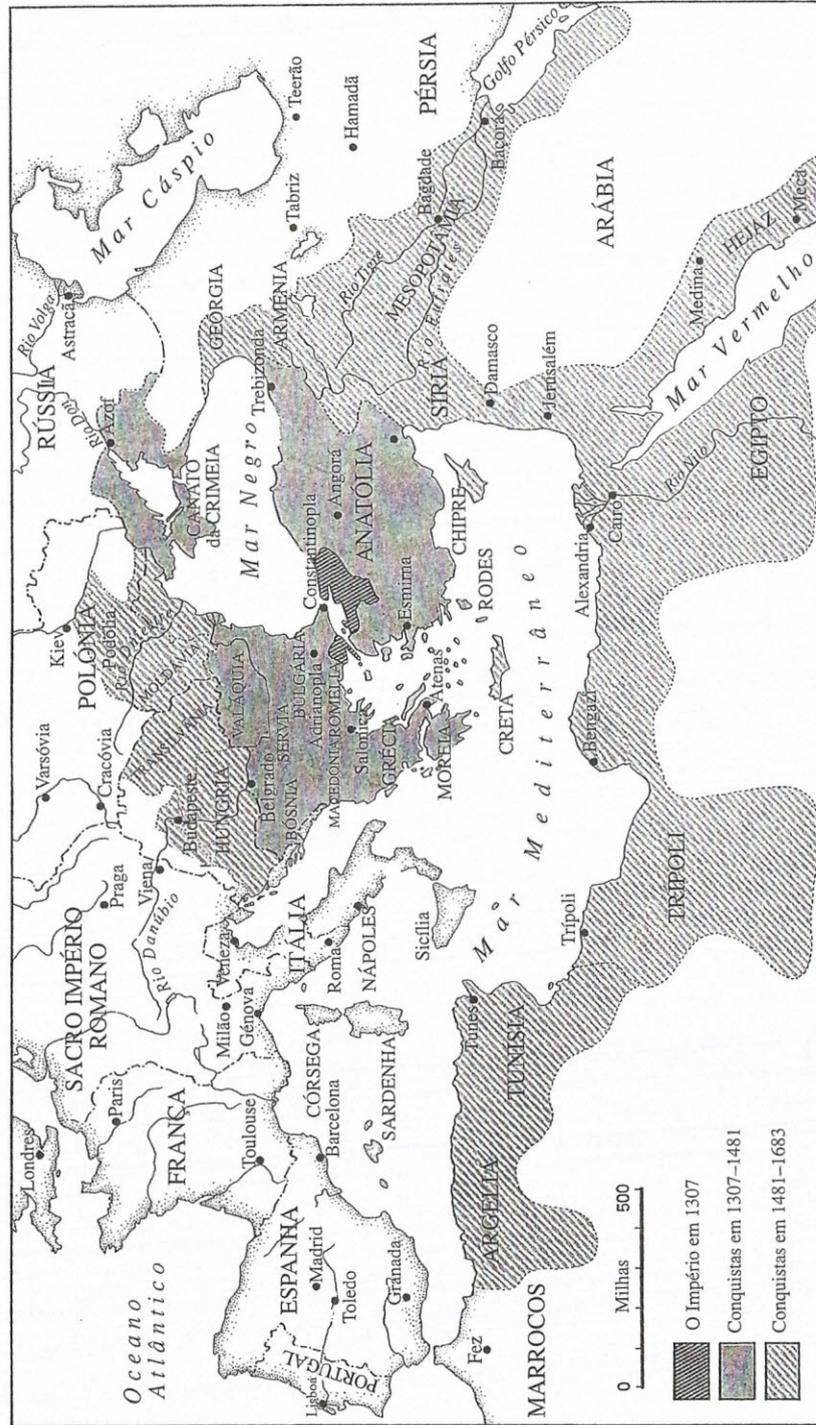


FIGURA 4.2 — Crescimento do Império Otomano, 1307-1683.

a China floresceu ainda mais que na época do Império Romano — mais, na verdade, do que voltaria a verificar-se até ao século XIX. Um outro comerciante italiano, contemporâneo de Polo, descreveu a Grande rota da seda como sendo «perfeitamente segura de dia e de noite».

A dinastia Ming (1368-1644) restabeleceu os costumes chineses tradicionais, em especial o Confucionismo e o sistema mandarim. A primeira metade da época Ming também testemunhou um crescimento económico e demográfico considerável. Durante os últimos anos do poder mongol e durante a revolta contra os Cãs, as estradas e os canais tinham-se deteriorado e a população diminuía em resultado de cheias, secas e guerras. O governo agiu energeticamente para restabelecer as ligações de transporte e, numa situação de paz relativa, a população começou a crescer novamente, ultrapassando os 100 milhões cerca de 1450. Em 1421, os Ming mudaram a capital de Nanquim (Nanjing) para Pequim (Beijing), no Extremo Norte, estimulando assim o comércio norte-sul. Foram introduzidos o cultivo do algodão e o fabrico de tecido de algodão. A especialização regional intensificou-se. E o mais notável foi que os Chineses começaram a comerciar no estrangeiro. Anteriormente, os Chineses tinham deixado o comércio externo nas mãos de comerciantes estrangeiros, mas, nos primeiros anos da época Ming, navios e comerciantes chineses negociaram com o Japão, com as Filipinas (como vieram a ficar conhecidas), com o sudeste da Ásia, com a península de Malaia e com a Indonésia. No primeiro quartel do século XV, um almirante chinês, Cheng-ho, conduziu grandes expedições navais no oceano Índico. As expedições deixaram grupos de colonos chineses em portos do Ceilão, da Índia, do golfo Pérsico, do mar Vermelho e da costa oriental de África. Então, subitamente, em 1433, o Imperador proibiu mais viagens, determinou a destruição de navios oceânicos e proibiu os seus súbditos de viajarem para o estrangeiro. As colónias foram definhando. Perguntamo-nos por vezes como o curso da história mundial poderia ter sido diferente se os Chineses ainda estivessem no oceano Índico quando os Portugueses lá chegaram, no fim do século XV.

A Coreia e o Japão desenvolveram-se na esteira da civilização chinesa, e em larga medida imitando-a. O Japão, em particular, foi um grande imitador da tecnologia chinesa, embora, como em tempos mais recentes, a aquisição duma tecnologia estrangeira no quadro institucional japonês tivesse produzido novos resultados. De vez em quando, a Coreia prestava vassalagem política à China. Kubilai Khan tentou uma invasão do Japão a partir da Coreia, mas a sua frota foi destruída por um tufão, a que os Japoneses chamavam *kamikaze* (ventos divinos). Nos séculos XV e XVI, os piratas japoneses devastaram a costa da China. No princípio do século XVII, porém, após o xogunato dos Tokugawa ter consolidado o seu poder, o Xógum, à semelhança do imperador Ming, proibiu os Japoneses de viajarem para o estrangeiro (sendo condenados à pena de morte se regressassem) e proibiu a construção de navios destinados à navegação oceânica.

Ásia Meridional

O Subcontinente Indiano, incluindo os actuais Paquistão, Bangladesh e Sri Lanka, tem sensivelmente o mesmo tamanho da Europa a ocidente da antiga União Soviética (Fig. 4.4). A sua população é ainda mais díspar que a da Europa em termos de origem

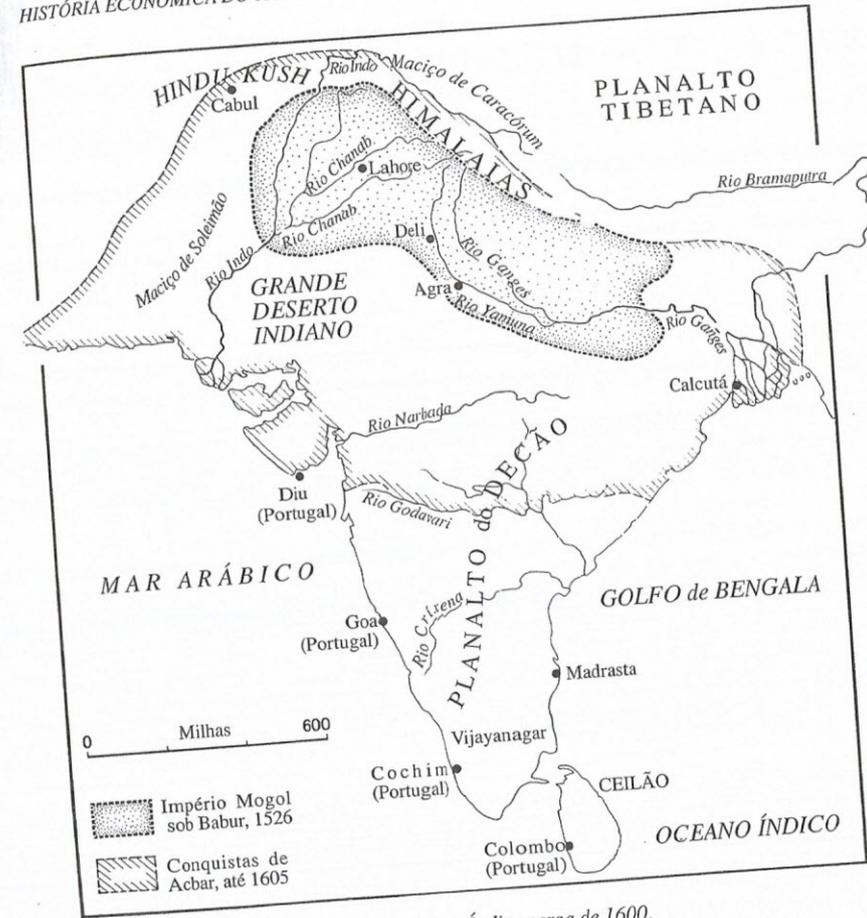


FIGURA 4.4 — Índia, cerca de 1600.

étnica e de língua. A terra e o clima são também variados, desde as florestas tropicais de monções até aos desertos escaldantes e às montanhas glaciares. Ao longo da sua história, desde a primeira civilização do rio Indo, no terceiro milénio a.C., até ao presente, principados, reinos e impérios ergueram-se e caíram em conflitos esmagadores. Por regra, esta sucessão de sistemas políticos teve pouca importância para os homens e mulheres comuns, os camponeses cujo trabalho sustentava os governantes, a não ser pelo facto de alguns desses governantes serem mais cruéis e eficazes que outros na colecta de tributos e impostos excessivos.

A população aborígene do Subcontinente pode ter estado relacionada com a da

Austrália. Todavia, ao longo dos séculos e dos milénios foi reforçada — ou subjugada — por ondas de migrantes e invasores. A maior parte dos recém-chegados — gregos bactrianos, citas, partos e mongóis, entre outros — veio do Noroeste, através da Pérsia ou do Afeganistão, mas alguns vieram igualmente do Nordeste, do Tibete e da Birmânia. Com uma grande excepção, os Muçulmanos, estes recém-chegados adoptariam os costumes nativos e a cultura local, incluindo a religião.

A religião teve um impacto maior na economia que no governo, mas as complexidades desse tema desafiam uma explicação sucinta. A religião primitiva original era o Hinduísmo, que se desenvolveu em muitas variantes e seitas heterodoxas, incluindo os Jainas e os Siques, ainda hoje activos. O Budismo, cuja origem foi sensivelmente contemporânea do nascimento do Confucionismo na China, foi uma dessas variantes; mas teve os seus maiores sucessos na China, na Coreia e no Japão, tendo praticamente desaparecido da Índia antes da Idade Moderna. Não foi o que se passou com o Islão, que entrou pela primeira vez no Subcontinente no início do século VIII, e uma outra vez, com um dinamismo renovado, no século XIII e mais tarde. No princípio do século XVI, Babur, que afirmava descender de Gengiscão, criou o Império Mongol, ou Mogol, no norte da Índia, que o seu neto, Acbar, engrandeceu imensamente (Fig. 4.4).

Hoje em dia, as fronteiras políticas entre a Índia e os seus vizinhos não reflectem divisões religiosas bem definidas, e, em tempos anteriores, a mistura de religiões era ainda maior. A inimizade entre os reinos muçulmanos do Decão, no sul da Índia, e o império hindu de Vijayanagar facilitou a instalação de bases pelos Portugueses no princípio do século XVI.

Uma forma através da qual a religião colidiu com a economia foi o sistema de castas dos Hindus. As castas foram em primeiro lugar determinadas pela ocupação, mas originalmente parece ter havido também um elemento étnico. No começo havia apenas quatro *varnas*, ou ordens de castas: os Brâmanes, ou a ordem sacerdotal; uma ordem de guerreiros e governantes; uma de agricultores, artesãos e comerciantes; e uma ordem inferior de criados. Com o tempo, no entanto, o número de castas multiplicou-se até haver uma (ou mais) de cada categoria ocupacional. O elemento hierárquico do sistema de castas era muito forte, com restrições rígidas nos relacionamentos sociais, e até físicos. A endogamia da casta era praticamente universal. Em geral, a norma que regulava o estatuto era o conceito de poluição, tanto em sentido literal como figurado: as ocupações mais sórdidas tinham o estatuto mais baixo, sendo algumas delas «intocáveis», e mesmo «invisíveis» (por exemplo, aqueles que lavavam as roupas dos intocáveis tinham de trabalhar à noite para não serem vistos). Embora o sistema de castas não fosse tão rígido como por vezes é descrito, deve ter sido uma barreira à mobilidade social e à distribuição eficaz dos recursos. Outro elemento da religião hindu inimigo do crescimento económico foi a veneração do gado — as «vacas sagradas» que deambulavam livremente pelo campo e não podiam ser mortas nem consumidas.

Ao longo dos tempos, e ainda hoje, a grande maioria da população do Subcontinente viveu em aldeias e dedicou-se principalmente a uma agricultura de baixa produtividade e de quase subsistência. Mesmo em épocas relativamente recentes, as pessoas que viviam em áreas densamente arborizadas recorriam a uma técnica agrícola de corte e queima semelhante à que se praticava no norte da Europa antes do advento das comunidades sedentárias. Noutros locais, as técnicas agrícolas e o crescimento das

culturas dependiam das características do solo e do clima. Na região das monções, a cultura principal tinha sido o arroz, inicialmente obtido da Indochina. Em terras mais secas, a cultura principal foi o trigo ou a cevada, que vieram do Médio Oriente, ou o painço, da China ou talvez da Ásia Ocidental. A cultura autenticamente nativa na Índia era o algodão, que é mencionado no *Rigveda*, o livro sagrado hindu.

Embora a maioria da população devotasse o seu tempo e energia à agricultura, a Índia não tinha falta de bons artesãos. Prova disso são as sofisticadas obras de arte, estatuária e arquitectura monumental — por exemplo, o Taj-Mahal (Fig. 4.5) —, todas

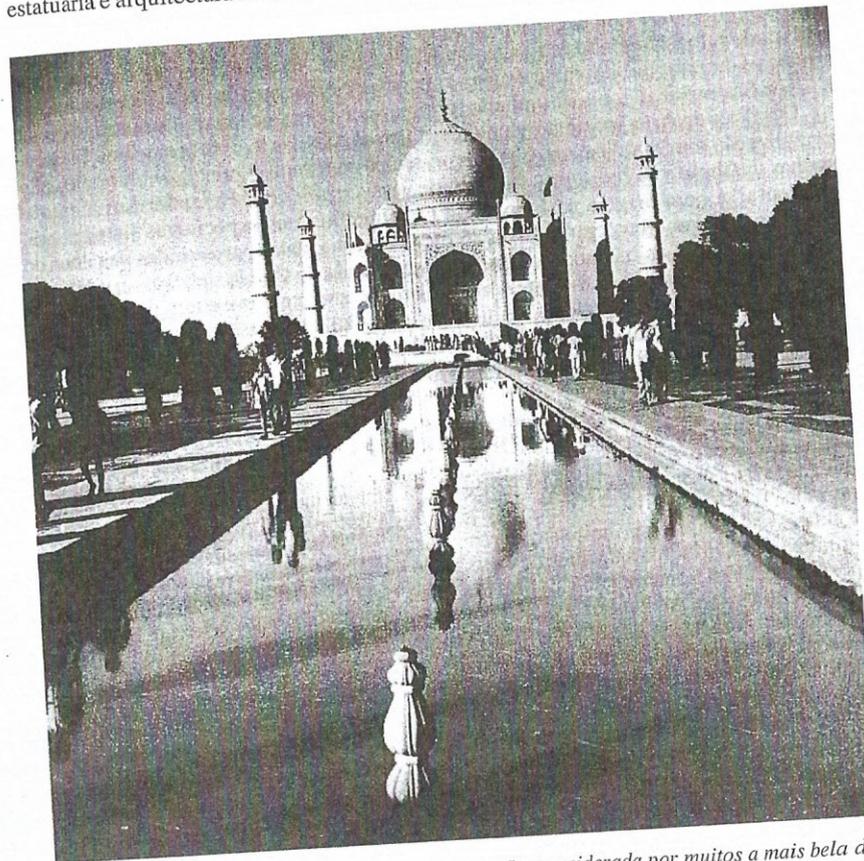


FIGURA 4.5 — O Taj-Mahal. Esta elegante construção, considerada por muitos a mais bela do mundo, foi mandada construir por um imperador mogol do século XVII como mausoléu para a sua esposa. Milhares de artesãos e operários trabalharam durante mais de dez anos para a edificar. (Berkson/Art Resource, Nova Iorque.)

elas ao nível do melhor da arte grega e romana. Porém, estes artesãos trabalhavam para os ricos e poderosos; as massas não tinham poder de compra e não existia uma classe média digna de nota. O pequeno comércio que existia estava nas mãos de estrangeiros, sobretudo árabes.

O sudeste da Ásia, desde a Birmânia, a noroeste, ao Vietname, a leste, e à península de Malaia, a sul, é igualmente conhecido por Indochina, pois a sua cultura é um misto das tradições culturais chinesas e indianas. Obteve muitos dos seus elementos tecnológicos e económicos da China, mas, com a possível excepção do Vietname, a influência cultural da Índia foi provavelmente maior. A Indonésia, como o seu nome indica, foi também fortemente influenciada pela Índia, a princípio pela cultura hindu e budista, e mais tarde pelo Islão. Entre os agentes de difusão, os monges budistas criaram mosteiros em locais desertos que desempenhavam funções não diferentes das dos Cistercienses na Europa Setentrional, tanto difundindo tecnologia avançada como cultura religiosa.

O sudeste da Ásia, incluindo a Indonésia, deram duas das maiores contribuições para a civilização mundial: o arroz, que com o tempo se tornou o principal alimento, não apenas da China e da Índia, mas também de vastas regiões dos Hemisférios Oriental e Ocidental, e com origem na Indochina Continental; e as especiarias — pimenta, noz-moscada, gengibre, cravo-da-índia, etc. —, na sua maior parte vindas das ilhas do arquipélago indonésio, embora a canela fosse oriunda do Ceilão.

A história registada do Sudeste Asiático é relativamente breve e tem pouco mais de mil anos. Para épocas anteriores, os historiadores têm de se basear em provas arqueológicas, como o magnífico templo de Angkor Vat, no Camboja, e de deduções dos registos indianos e chineses. O grosso da população vivia nos grandes vales aluviais de rios, como o Irrauádi, o Vermelho e o Mecom, entre outros, onde o cultivo de arroz irrigado providenciava a subsistência; e nos ricos solos vulcânicos de ilhas como Java e Bali. O peixe de rios e mares era outro componente importante do regime alimentar, e figurava no comércio local em troca do arroz. A pimenta e outras especiarias exóticas das Molucas, as lendárias «Ilhas das Especiarias», tinham há muito encontrado mercados na Índia, na China, no Médio Oriente, e mesmo na Europa. Os Muçulmanos — árabes e outros — foram os principais intermediários entre a Indonésia e a Índia; foram igualmente os principais agentes de difusão do Islão na Indonésia (excepto o Bali, que permaneceu fiel à sua tradição hindu). Da Índia, os carregamentos eram transportados pelos Árabes para Alexandria e outros empórios do Mediterrâneo Oriental, onde eram vendidos a comerciantes italianos, principalmente venezianos, que os distribuíam na Europa. O desejo de contornar este «monopólio», como outros europeus o viam, foi um dos principais motivos da exploração portuguesa, que levou à descoberta da rota marítima em torno de África.

África

A história do norte de África está intimamente relacionada com a história da Europa, especialmente com a da Europa Mediterrânica, desde tempos remotos até ao presente. A África Subsariana (África Negra), por outro lado, raramente colidiu com eventos europeus ou doutras partes do mundo antes do século XVI, e mesmo do século XIX. A quase total ausência de registos escritos antes da chegada dos Europeus torna a sua história

problemática. Todavia, isto não significa que não tenha tido história ou que essa história não tenha importância. A erudição mais recente, com recurso a vestígios arqueológicos e à tradição oral, elaborou uma grande massa de informação útil sobre o «Continente Negro».

A história conhecida da África começa com o Antigo Egipto, mencionado sumariamente no Capítulo 2. Os Fenícios navegaram ao longo da costa norte-africana e a sua colónia, Cartago, competiu com Roma pelo domínio do Mediterrâneo. Durante algum tempo, o súbito assalto do Islão quase transformou aquele mar num lago muçulmano no princípio da Idade Média. Embora separado da Europa por religião tanto quanto por água — a primeira, impedimento à comunicação e ao comércio, enquanto a última os facilitava —, o norte de África continuou, no entanto, a desempenhar um papel na história europeia e também na história islâmica e africana. Na verdade, foi em resultado das conversões islâmicas da faixa subsariana da África Negra que esta tomou pela primeira vez contacto com a economia europeia. (O Cristianismo tinha penetrado na Núbia e na Abissínia, ou Etiópia, antes da ascensão do Islão; mas daí em diante, com a conquista islâmica da Núbia, a Abissínia foi efectivamente eliminada do resto da Cristandade.)

A economia do norte de África era semelhante à da Europa Mediterrânica. A cultura cerealífera predominava onde a queda de chuva era adequada (por vezes complementada pela irrigação), e nos demais locais imperava o pastoreio nómada. O comércio era vigoroso, mas a indústria era de tipo caseiro. Um ramo de comércio estendeu-se através do Sara até à África Negra. Existira algum comércio transariano antes da Era Cristã, mas não se tornou habitual até os camelos serem introduzidos (a partir do Médio Oriente), no segundo ou terceiro século d.C. Mesmo então, os custos da viagem restringiam o comércio a artigos de grande valor e pequeno volume — principalmente ouro e marfim — e a escravos, que se deslocavam a pé. As tâmaras que cresciam nos bosques de palmeiras dos oásis eram também transportadas em ambas as direcções.

A economia da África Subsariana é tão variada como o seu clima, topografia e vegetação. Contrariamente à impressão popular, apenas uma parte da região — principalmente na bacia do Congo (ou Zaire) e na costa meridional da África Ocidental — está coberta de florestas ou selvas tropicais chuvosas. Entre essas regiões e os desertos a norte (Sara) e a sul (Calaári) estendem-se vastas faixas de savana — erva e arbustos. No interior da Costa Oriental, desde a Etiópia, a norte, até ao extremo sul do Continente, estende-se uma crista de montanhas pontuada por grandes lagos. Os grandes rios de África — o Nilo, o Níger, o Zambeze e outros — não encorajavam o desenvolvimento do comércio tanto quanto seria de esperar, dada a frequência de cascatas e de rápidos.

A população era ainda mais variada que a paisagem. Embora todos os habitantes originais fossem de tez escura ou negra, existia uma enorme variedade étnica, racial e linguística. Por todo o lado, porém, a tribo era o grupo social básico acima da família. Ocasionalmente surgiram formas de governo mais elaboradas — confederações, reinos, e até impérios —, algumas das quais, como o antigo império do Gana, tiveram durações surpreendentes; mas, sem registos escritos, a necessidade dum Estado formalista foi, o mais das vezes, bastante efémera.

A economia era igualmente variada, indo da mais primitiva caça e colheita até uma agricultura relativamente sofisticada e à criação de gado na savana e noutros espaços

